

Confusão Patrimonial no Direito Societário e no Direito Falimentar

2020 · 2ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada

João Pedro Scalzilli

CONFUSÃO PATRIMONIAL NO DIREITO SOCIETÁRIO E NO DIREITO FALIMENTAR

2ª EDIÇÃO, REVISTA E ATUALIZADA

© Almedina, 2020

AUTOR: João Pedro Scalzilli

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA.

ISBN: 9786556270005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Scalzilli, João Pedro
Confusão patrimonial no direito societário e no
direito falimentar / João Pedro Scalzilli. --
2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Almedina, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5627-000-5

1172004

1. Devedor e credor 2. Governança corporativa
3. Direito societário 4. Falências 5. Falências -
Leis e legislação I. Título.

20-34972

CDU-347.736

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito falimentar 347.736
2. Direito societário 34:338.93

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Maio, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR	3
NOTA À 2ª EDIÇÃO	9
AGRADECIMENTOS	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	21
PARTE I – ORDENAMENTO PATRIMONIAL SOCIETÁRIO	25
CAPÍTULO 1 – BASE ECONÔMICA	27
1.1. Patrimônio e capital social	28
1.1.1. Conceituação	29
1.1.2. Fixidez versus mutabilidade	33
1.1.3. Interatividade	37
1.2. Funções do patrimônio e do capital	37
1.2.1. Função de produção	39
1.2.2. Função de organização	43
1.2.2. Função de garantia	46
1.3. Tutela do patrimônio pelo capital social	51
1.3.1. Na constituição da sociedade	52
1.3.2. No desenrolar da vida em sociedade	57
1.3.3. Contributo da “teoria da confusão patrimonial”	60
CAPÍTULO 2 – UNIDADE JURÍDICA	61
2.1. Finalidade	65
2.1.1. Animus lucrandi	66

2.1.2.	Espírito gregário	66
2.1.3.	Pessoa jurídica como instrumento finalístico	70
2.2.	Autonomia patrimonial	77
2.2.1.	Personalidade jurídica	77
2.2.2.	Pessoa jurídica como técnica de separação patrimonial	78
2.2.3.	Autonomia patrimonial e limitação da responsabilidade	80
2.3.	Responsabilidade	83
2.3.1.	Genética da limitação da responsabilidade	83
2.3.2.	Limitação da responsabilidade nas sociedades personificadas	87
2.3.3.	Efeito da limitação da responsabilidade	93
PARTE II – DESORDEM PATRIMONIAL SOCIETÁRIA		97
CAPÍTULO 3 – LINEAMENTOS DE UMA TEORIA DA CONFUSÃO PATRIMONIAL		99
3.1.	Conceito	100
3.1.1.	Colocação do problema	101
3.1.2.	Confusão patrimonial versus confusão de esferas	103
3.1.3.	Insuficiência da noção corrente e tentativa de um conceito	111
3.2.	Caracteres	113
3.2.1.	Natureza	113
3.2.2.	Efeitos	114
3.3.	Prova	119
3.3.1.	Colocação do problema	120
3.3.2.	Sistemática da constatação do esgotamento patrimonial	120
3.3.3.	Sistemática da constatação da confusão patrimonial	124
3.3.3.1.	Prova indiciária e teoria sistêmica fluida	125
3.3.3.2.	Reforço do módulo de prova	129
3.3.3.2.1.	Primeiro motivo: gravidade da medida	130
3.3.3.2.2.	Segundo motivo: natureza da prova	131

CAPÍTULO 4 – CONFUSÃO PATRIMONIAL	
NA SOCIEDADE ISOLADA	135
4.1. Caracterização	140
4.1.1. Usurpação dos ativos da sociedade	141
4.1.2. Distribuição disfarçada de lucros	142
4.1.3. Aporte informal de recursos	143
4.2. Constatação	143
4.2.1. Sistemática	143
4.2.2. Índícios	143
4.3. Tutela dos credores	152
4.3.1. Remédio	155
4.3.2. Alcance	158
4.3.3. Limites	163
CAPÍTULO 5 – CONFUSÃO PATRIMONIAL	
NO GRUPO SOCIETÁRIO	165
5.1. Caracterização	169
5.1.1. Perda da autonomia de gestão	170
5.1.2. Contratações intragrupo fora das condições de mercado	173
5.1.3. Livre transferência de ativos e passivos	175
5.2. Constatação	184
5.2.1. Sistemática	184
5.2.2. Índícios	185
5.3. Tutela dos credores	193
5.3.1. Modelos regulatórios	196
5.3.2. Proposições doutrinárias	198
5.3.3. Tratamento jurisprudencial	205
5.3.3.1. Desconsideração na execução singular	205
5.3.3.2. Extensão dos efeitos da falência	207
5.3.3.3. Consolidação substancial na recuperação judicial	212
CONCLUSÃO	219
REFERÊNCIAS	227